

Freitas faz críticas a credor

SÃO PAULO — O economista Carlos Eduardo de Freitas, 44 anos, 25 dos quais como funcionário do Banco Central, tem opinião definitiva sobre a pretensão dos credores originais do Brasil em participar do processo de conversão da dívida sem se submeter ao deságio. “Não tem que ceder, não”, inflama-se. “Isso é renegociação soberana, o resto é blablablá.”

Para Freitas, que em três anos assistiu à queda de quatro presidentes do BC na posição de diretor da Área Externa da instituição, exigir o deságio dos credores originais é uma medida mínima de gestão financeira sensata. Ele lembra que em 20 de julho de 1987, notando que os pedidos de conversão chegavam em avalanches, abrigados sob a Resolução 1125 que não previa o deságio dos títulos, o Banco Central tomou a decisão de cancelar esta resolução.

“Deixamos 1,7 bilhão de dólares na chuva, sem conseguir a conversão, e sofremos uma pressão danada”, relembra. “Não

faz sentido voltar atrás agora”. Freitas recorda que o país está empenhado em reescalonar por 20 anos sua dívida externa justamente porque não tem como pagá-la de imediato. “Os bancos querem receber, agora, sem desconto, o que receberiam normalmente dentro de 20 anos”, diz ele.

Diante do argumento de que, pela conversão, a dívida pode ser paga em cruzados, Freitas responde com uma tese original. “Não temos falta de dólares, mas sim de poupança interna, em cruzados”, argumenta. “Não adianta cancelar dívida externa e emitir cruzados, porque isso arrebenta as finanças públicas e alimenta a inflação”.



Carlos Freitas